

O Desenvolvimento do Senso Moral

JOÃO GOMES-PEDRO

Resumo

O A. vinculou o desenvolvimento moral a determinantes culturais que influenciam os valores e implicam as relações ao longo do ciclo de vida.

O A. passou em revista algumas das etapas do desenvolvimento moral da criança e equacionou esse desenvolvimento moral nas expressões da simpatia, da empatia do respeito e do altruísmo.

Conclui o A. que investir no futuro, em termos de preparação para a resiliência, implica investir cedo, isto é, quando é construído o sentido de família e, nele, o senso moral da pessoa.

Palavras-chave: Senso moral; Desenvolvimento; Empatia; Resiliência; Pediatria.

Summary

Development of Moral Sense

The A. associates moral development with the cultural determinant influencing values and relationships throughout life span.

The A. reviews some of the milestones of moral development in children and their relationship with expressions of sympathy, empathy, respect and altruism.

The A. concludes that investment in the future, in terms of preparation of resilience, means early investment, that is, when family sense and moral sense develop.

Key-words: Moral sense; development; empathy; resilience; paediatrics.

Nos livros, na imprensa literária, na comunicação social corrente, enfim, nas vozes ouvidas que enchem o nosso quotidiano é comum a expressão de angústia partilhada relativamente à "crise de valores" da sociedade actual.

Dir-se-á que todas as pessoas tidas como responsáveis educacionais clamam o seu temor e a sua revolta face à

ameaça dessa proclamada crise de valores.

Tratar-se-á de uma ameaça cultural ou assentará essa ameaça precisamente num vazio de cultura e de lacuna de senso moral, de ausência de ideários?

Que indicadores são esses que põem em causa os governos, as oposições, a educação básica, a exigência universitária, as igrejas e, de modo ainda mais incisivo, as famílias e os educadores?

Em que modos e com que efeitos se representa essa crise de valores na criança?

É este, em última análise, o cerne da questão porque se, porventura, é a criança que está em risco enquanto receptor final dos efeitos da crise, será essa, enfim, a razão de ser real de alarme porquanto o risco da criança representa o risco geracional, o risco cultural e a sobrevivência da própria espécie.

Estará, de facto, em causa, um limiar de sobrevivência ou estaremos nós, enquanto espectadores e actores, simultaneamente, a ser epicentro de um confronto cultural entre expectativas construídas e a incapacidade de nos adaptarmos a uma outra forma de vida que avançou mais célere do que a nossa própria competência em saber interpretar a mudança e, sobretudo, as consequências dessa mudança?

Aquilo a que chamamos os valores morais, os marcos civilizacionais, terão constituído para nós a identificação do sagrado e, por isso, imutável, porque identificado com o nosso super-ego?

Teremos permanecido insensíveis aos valores das outras culturas, às alternativas que as novas gerações souberam criar ou estaremos a ser, tão só, os responsáveis pela falência dos sistemas que constituíam a sede dos nossos valores tradicionais?

Talvez valha a pena reflectir nos determinantes da nossa própria construção cultural.

O nosso pensamento e, na sua consequência as nossas

atitudes, são produto das influências culturais e, designadamente, dos modelos e seus mentores que influenciaram a história, nomeadamente a do nosso próprio desenvolvimento crítico.

Identificarei cinco pensadores, por sua vez mentores de escolas ou movimentos que, inequivocamente, influenciaram o meu tempo designadamente o ensino-aprendizagem do meu conhecimento relativo ao senso moral.

O primeiro é Charles Darwin. Com Darwin aprendemos ser o Homem o produto de uma competição evolutiva pela sobrevivência, competição essa envolvendo uma interminável luta adaptacional entre genes e circunstâncias.

O segundo é Sigmund Freud.

Freud criou a psicanálise e, através dela, teremos apreendido ser a culpa uma expressão doentia correspondente a uma pulsão reprimida. A intervenção psicanalítica consistiria, fundamentalmente, na intervenção tendente a libertar essa repressão ficando, assim, favorecido o modo de viver de cada um.

O terceiro é Karl Marx.

Jean Paul Sartre chamou ao marxismo a "*inquestionável filosofia do nosso tempo*" marcando, assim, a sua influência histórica, nomeadamente reflectida nos muitos que, como eu, a contestaram e a contestam. Marx terá sido o profeta do conceito determinístico que faz depender o destino do Homem da luta de classes, por sua vez expressão de uma dialéctica económica.

A quarta referência da minha selecção, certamente polémica, é Jean Piaget.⁽¹⁾

Com Piaget e com a sua teoria do desenvolvimento infantil, interiorizámos que a evolução do pensamento infantil se processa numa sucessão de estádios estruturados numa coerência de maturação biológica, sensorial, motora e emocional.

A minha quinta referência é John Bowlby. Com Bowlby aprendemos a importância do vínculo enquanto necessidade primeira da comunicação entre mãe e bebé. Este primado de laços afectivos não deriva de uma necessidade primária de alimento ou de uma libido oral conforme defenderam no seu tempo os primeiros psicanalistas mas sim de uma necessidade de afecto, fundamental à sobrevivência das espécies.

Se substituísse a minha selecção de âmbito cultural global por uma de natureza pessoal e, por isso, mais individualista, teria que prolongar no tempo a escolha e identificaria os meus próprios pontos cardeais.

Nessa circunstância identificaria, inequivocamente, o meu Norte e o meu Nascente com Berry Brazelton e com Urie Bronfenbrenner.

De qualquer modo e de forma distinta, qualquer das minhas referências, interveio, de uma forma ou outra em reflexões influentes na evolução conceptual do senso moral, em função da vida relacional do Homem.

Existirá, porventura, algo de comum assumido por todos os movimentos intelectuais. Esse comum consiste na indissociabilidade entre a natureza humana e a sua cultura.

O senso moral é, inequivocamente, uma imanência cultural.

A polémica sobre os valores do Homem é uma polémica que interessa à história e, com ela, a todas as correntes intelectuais, a todas as dialécticas políticas e a todas as expressões culturais.

O que variou, com o tempo histórico, foi a natureza da "crise dos valores".

Cruzaram séculos as problemáticas da escravatura, da intolerância religiosa e da independência dos povos.

No nosso tempo, o que domina a identificada "crise de valores" é a desconfiança, é a violência, é o abuso, é a insegurança, é a destruição familiar.

Quando o semanário principal do país publica que em Portugal - "*país exemplo de uma encruzilhada de valores e de culturas*" - no último ano foram abandonadas 730 crianças o que corresponde a dois abandonos por dia e que 25% dos pedidos de acolhimento institucional feitos à Segurança social, às Comissões de Protecção a Crianças e Jovens e aos tribunais se referem a crianças sujeitas a abusos e a maus tratos, pergunta-se: não será preciso mudar o paradigma e questionar o desenvolvimento do senso moral, no nosso tempo?

No mesmo semanário (Expresso de 10-01-04) pode ler-se: "*actualmente, é a desestruturação familiar a principal razão para a necessidade de colocar crianças em instituições; as razões económicas ou de orfandade constituem uma parcela muito pequena*".

Sociologicamente, precisamos de conhecer melhor as relações profundas entre a miséria da fome e a miséria do desrespeito.

A evidência faz verbalizar interpretações do seguinte teor: "os valores da nossa sociedade colapsaram"; "as pessoas passaram a optar por estados de vida alternativos"; "é a televisão que corrompe os nossos valores educacionais".

O que é, afinal, um valor? Uma crença, uma preferência, um gosto?

O que é o senso moral? Como se processa o desenvolvimento do senso moral ao longo do ciclo de vida?

A discussão científica sobre esta matéria tem sido parca e equívoca.

Parca porque toda a abrangência cultural que explique e implique o científico sabemos que requer tempo, humildade e sabedoria; equívoca porque envolve amiúde o conceito dos "valores familiares" onde estão cada vez mais comprometidas as alegações referentes à autoridade parental e aos direitos femininos.

Penso que o senso moral, numa perspectiva aristotélica é algo que tem a ver com uma crença sentida e julgada por alguém que, ao assumir-se como livre, intervém prati-

cando ou ajuizando comportamentos em que outros mais directa ou indirectamente estão envolvidos.

A distância desta relação que implica o acto ou o juízo é o que faz a diferença e o que, porventura, marca a distinção histórica dos vários terramotos morais nas várias culturas.

O ajuizamento moral, se fosse possível avaliá-lo na alma é muito mais significativo que o acto.

Atente-se ao que se passa com o denominado "altruísmo" expresso em mecenatos, em obras de caridade ou em voluntariados.

Enquanto que muitas destas atitudes são autênticos actos de bondade de alma, de esquecimentos de si em função de outros, também os há realizados com as mais variadas duplas intenções e os mais diversos objectivos de ganho individual ou social.

O que me preocupa no que podemos chamar de avaliação do senso moral, é o desfasamento progressivo dos sentimentos interpessoais ajuizados em função da distância a que os outros estão.

A hipocrisia que, durante séculos, muitos tiveram face à escravatura, à inquisição, à ilegitimidade, etc., explica-se pela distância do "olho da alma" como lhe chamou Sócrates. Desde os príncipes dos reinos aos príncipes da Igreja, o ajuizamento poderia ser moral mas não o comprometimento porquanto os outros pertenciam a um social imenso, distantes da alma e do senso moral de quem sentia ou ajuizava.

O que se me afigura preocupante é que na evolução histórica da violência com projecção mais específica no ciclo da adversidade da criança, a diluição do senso moral implica, cada vez mais, o outro mais próximo, cada vez menos abstracto e, por isso, mais perto do "olho da alma".

Esta distância é, cada vez mais, menos proporcional ao respeito do outro.

O desrespeito, hoje, já não tem a ver com os escravos, com os hereges ou com as prostitutas inequivocamente longe do "olho da alma".

O abuso moral pratica-se hoje com alguém de que se conhecem os gostos, o nome e a vida.

A pedofilia é o ultraje ignóbil face a alguém indefeso porque é criança e porque está à mercê do abusador a uma distância que é tão distante da alma quanto próxima do pénis.

O crime passional ou da desavença é a violência mutilante cometida por um agressor que conhece a vítima de perto, por vezes desde há muito.

A agressividade no quotidiano do trânsito é a agressividade face a alguém que está á distância dos vidros de dois carros com olhos nos olhos por trás desses vidros.

A violência doméstica, o abandono ou o mau trato é a violência frente a alguém com quem se convive, alguém esse que, quando é criança, já não determina no adulto

próximo, progenitor ou não, a resposta da protecção e carinho que, felizmente, ainda vemos presente nos macacos, nos ursos ou nos cangurus.

O "olho da alma" está-se a fechar para os mais próximos e isto é o que faz a diferença na evolução histórica do senso moral.

A história da violência está a mudar drasticamente.

Os indicadores actuais de disfunção familiar, especialmente em Portugal, são disto o testemunho. 2,7 % é a taxa actual da dissolução familiar, sendo, porventura, muito mais grave a realidade de fundo no iceberg não estatístico.

A taxa bruta de divorcialidade quase que triplicou nos últimos quinze anos, é dupla da de Espanha, é das mais altas da Europa e evolui a par da quebra da taxa bruta da nupcialidade.

Creio que, mais do que nunca, é preciso reentender e reequacionar o que é decisivo na aquisição coerente do senso moral. Refiro-me ao desenvolvimento da empatia, à génese dos vínculos e ao desenvolvimento emocional.

Uma das fraquezas atribuídas à epistemologia piagetiana é a de Piaget só ter atribuído dois estádios evolutivos relativamente ao desenvolvimento moral. Lawrence Kohlberg, nesta matéria, propôs que se conceptualizassem seis estádios explicativos da maturação moral desde a infância até à adultícia.⁽²⁾

Diria que o primeiro dos estádios Kohlbergianos – nível pré-convencional correspondente à moralidade heterónima e à moralidade instrumental – não terá tido em conta, designadamente, o que a Neurociência nos tem providenciado relativamente ao desenvolvimento das emoções infantis.

Tenho estado atento às mutações fenomenológicas que identifico com a evolução do desenvolvimento moral nos meus netos.

Tenho, cada vez mais, tendência para me libertar dos estádios conceptuais de Piaget e de Kohlberg para conseguir interpretar o que são hoje, para mim, períodos do desenvolvimento moral que identifiquei nos meus netos muito antes do nível pré-convencional teoricamente proposto.

Entre os 18 meses e os dois anos do Tomás, do Gonçalo e da Mariana, eu tive "feed-backs" de qualquer deles através de reacções que, para mim, são de inequívoco senso moral.

Sou o pediatra do Tomás e ele nunca chorou quando de todas as vezes que tive de o observar.

Brinquei sempre com o Tomás dizendo-lhe que quem lhe tirava os "dói-dóis" era o Avú (derivação da terminologia avô que entre os dois assumimos). Um dia, em mais um episódio febril correspondente a uma amigdalite que exigiu observação da orofaringe com a inevitável e traumática espátula por todos odiada inclusivamente pelo Tomás, eu observei-lhe: pronto, Tomás, já vi o dói-dói e

agora vou, outra vez, tirar o dói-dói com este xarope que te vou dar.

O Tomás, ainda sentado na mesa de observação, olhou bem para mim, deu-me um abraço e disse-me "obrigado Avú".

Tinha 20 meses, então, o Tomás.

Noutra altura, trouxe uma vez do estrangeiro um presente para o meu outro neto - Gonçalo - para quem sou o Avi.

O Gonçalo tinha provavelmente 21 ou 22 meses.

O Avi é parte de uma lenga-lenga que lhe canto desde que ele nasceu.

O presente foi um avião de madeira. O Gonçalo adora aviões, tal como o seu pai.

O Gonçalo ficou doido com o avião e bateu palmas com a minha mão entre as dele.

Porém, enquanto estes dois episódios se podem configurar no denominado reconhecimento moral, a frustração moral eu pude detectá-la no Gonçalo quando ele tinha só quatro meses.

A lenga-lenga infinitamente repetida sempre que um de nós visitava o outro era a seguinte:

"É o Goji-Gojó, é o Gonchi do Avi, é o menhi-menhi gaivota". A menção da gaivota era devida a um silvo inspiratório que o Gonçalo produzia devido a uma traqueomalácia incipiente que, felizmente, se resolveu posteriormente.

De vez em quando, eu frustava a sequência da lenga-lenga, ficando-me por exemplo no Goji-Gojó.

Era assim. É o Goji-Gojó e parava. Ou então parava mais à frente numa outra etapa da lenga-lenga: "é o Goji-Gojó, é o Gonchi do Avi ..."

O Gonçalo fazia uma cara de grande frustração e só retomava a expectativa e o semblante feliz quando eu terminava - "É o Gonchi do Avi, é o menhi-menhi gaivota".

Quer dizer, a frustração da continuidade numa interacção lúdica identificada com uma lenga-lenga, representou, aos 4 meses, para o Gonçalo, uma violação moral imediatamente projectada num jogo emocional inequívoco, representado na sua expressão facial.

O pré-convencional de Kohlberg estará, porventura, muito mais próximo do vínculo afectivo do que do início da linguagem falada.

A Mariana, minha terceira neta, numa escala hierárquica de nascimentos, também ainda antes dos dois anos, já era muito sensível aos estados de felicidade ou de tristeza dos seus mais próximos e significativos.

Quando o irmão mais velho, Tomás, fica triste com algum ralhete da mãe ou do pai, a Mariana apressa-se a ir ter com ele dizendo-lhe - "Más, fica contente!".

Comigo acontecia isso quando brincava e brinco com eles ao jogo simbólico. Quando faço de urso triste digo-lhe que o urso chora e começo a chorar a fingir.

Ainda antes dos dois anos, a Mariana dizia-me nessas

alturas - "Ponto, ponto, fica contente", ordenava-me numa alteração do simbolismo em função duma sua frustração, inequivocamente moral.

Hemingway dizia que "*moral é o que sentimos como bom depois e imoral é o que sentimos como mau após*".

Cada vez mais, equaciono a evolução do desenvolvimento moral na sequência dinâmica da aquisição emocional que fundamenta o carácter.

Da simpatia à empatia, forma-se, naturalmente o senso moral no pressuposto de uma confiança inicial adquirida quando da construção dos primeiros vínculos, naturalmente representados na relação mãe-filho.

Para James Wilson, simpatia representa "a capacidade humana de se ser influenciado pelos sentimentos e pelas experiências dos outros".⁽³⁾

Todo o bebé é naturalmente simpático e é essa a expectativa parental quando é fantasiado o seu bebé imaginário.

O bebé chorão, o bebé que come mal, que dorme mal, que interage pouco, trai a expectativa do simpático e, por vezes, esta é uma razão de desadaptação vinculadora que tem de merecer uma atenção especial do pediatra ou de qualquer outro educador.

A simpatia está, para mim, na origem da organização dos sentimentos morais, necessariamente construídos no seio da família que Picasso tão bem triangulou.

Diz-se que toda a criança é moralista mas deveríamos começar por antever que todo o bebé é naturalmente simpático, quer ser naturalmente simpático e exige, naturalmente, simpatia por parte dos seus mais significativos, nomeadamente através de uma qualquer bola encarnada, oferecida.

A relação primeira e as relações seguintes de cada bebé são construídas a partir de um sentimento inicial de confiança, representado por um estado de graça pressupostamente original e que é um estado de simpatia mútua entre mãe e bebé, porventura reproduzida entre profissional e bebé quando é conquistada a sua confiança, o seu alerta, a sua simpatia.

Quando avaliamos neuro-comportamentalmente um recém-nascido, obviamente para cada um de nós, um desconhecido, tentamos sempre o melhor desempenho possível desse bebé em cada uma das suas dimensões comportamentais, especialmente com as suas respostas sensoriais e interactivas.

Quando conseguimos um alerta prolongado e uma interacção contingente, então é possível que o bebé nos imite em vários tempos e em várias sucessões comportamentais.

É isto o que conseguimos com um bebé com quem, através de um pressuposto de simpatia, inerente à nossa atitude de interventor privilegiado que estabelece uma contingência relacional em partilha com os pais, através desse pressuposto, dizia, que é a simpatia, cambiamos para outro

pressuposto porventura mais complexo, que é o da empatia.

Quando há uma intermutualidade a que chamamos contingência, designadamente quando ainda muito cedo no desenvolvimento, designadamente no primeiro mês de vida, existe uma contingência afectiva entre nós e um bebé, isto quer dizer que nós trocamos respostas emocionais que fazem sentido a cada um dos protagonistas interactivos, quando isto acontece, dizia, há um envolvimento empático que favorece, então, uma imitação, por parte do bebé, mais complexa, mais ritmada e mais correspondente aos estados mútuos da alma.

Os nossos sentimentos morais têm origem na nossa sociabilidade mais primitiva, nomeadamente traduzida pelas emoções mais primárias que condicionam a maior ou menor simpatia das nossas relações.

A moralidade social é profundamente determinada pela moralidade individual.

Bertrand Russell escreveu que "*sem moralidade cívica a sociedade falece; sem moralidade pessoal, porém, não tem significado a sua sobrevivência*".

A construção desta pessoalidade é, naturalmente, interactiva.

Ela começa cedo, logo nos primeiros minutos de vida quando do contacto precoce mãe-bebé a seguir ao nascimento.

Estudámos a linguagem interactiva mãe-bebé quando dos primórdios da construção do vínculo.

O modo de comunicação materna (fala de bebé) é constituído, sobretudo, por interjeições e exclamações mas também por frases de 2 ou 3 palavras, raramente mais.

As categorias mais representadas dizem respeito a expressões simples de apaziguamento (Pronto, já passou! Pois é!), a tentativas de interpretação do comportamento do bebé (Que foi?! Tem frio?!, Tem fominha?! Ele tem muita fominha!) e também, com frequência, há aquelas que só parecem significar um esforço interpretativo de uma realidade porventura ainda não totalmente assegurada (É o meu bebé, é?!; ele é o meu pequenino?!).

A contingência na comunicação entre mãe e bebé, estudada através de um analisador de melodias computadorizado mostra bem como se constrói cedo a empatia, a partir da simpatia.

Essa é a evidência mais precoce da resiliência, do sentido moral, do sentido de coerência, expresso pela adequação das curvas melodiosas da mãe e do bebé, quando do contacto precoce, a seguir ao nascimento.

Encontrámos o apogeu da contingência quando avaliámos especificamente a interacção propriamente dita.

Embora a análise dos comportamentos maternos e infantis tenho sido feita separadamente, quando o estudo estatístico confronta, em simultâneo, os resultados, o mistério revela-nos a sincronia, se quiserem a empatia, a paixão.

Qualquer perturbação nesta contingência, direi, nas regras do jogo em função das expectativas do bebé, provoca o descalabro.

É o que acontece com o still-face induzido num bebé de qualquer idade.

Ao longo da vida, o descalabro da frustração das expectativas relacionais agrava-se num infinito que a ciência ainda não conhece, por completo.

Para Martin Hoffman, empatia "*envolve processos psicológicos que fazem uma pessoa ter sentimentos mais congruentes com a situação do outro do que com a nossa própria*".⁽⁴⁾

Esta será a "empatia afectiva" que, naturalmente, não é egocêntrica e, por sua vez, determina os estádios sucessivos do desenvolvimento moral.

Creio, cada vez mais, que os primórdios dos comportamentos anti-sociais se originam na desadequação precoce do desenvolvimento da empatia.

Se pudéssemos ordenar, simplisticamente, a ordem lógica do desenvolvimento moral, diríamos que a interacção contingente relativa ao vínculo de segurança que a mãe estabelece com o seu bebé, condiciona o estado de graça - "simpatia" - entre os dois que por sua vez determina uma relação empática com os sucessivos significativos da criança, que por sua vez faz organizar o seu sentido de coerência, sentido este que, por sua vez, faz determinar a restante sequência do senso moral de que o altruísmo é paradigma.

Na sequência desta cadeia, cada criança vai interiorizando o seu sentido de pertença, o seu conceito de respeito e de disciplina, os seus sentimentos de admiração e de prazer, a sua auto-estima, enfim, o seu constructo de resiliência.

Quando Wancy Eisenberg e Marthy interrogaram crianças autoras de autênticos actos de altruísmo, as respostas que encontrou foram baseadas em razões pragmáticas tão só relacionadas com relações empáticas.⁽⁵⁾

Quando um bebé de um ano reage à frustração imposta pelo modelo experimental de um "still-face" protagonizado pela sua mãe, a explicação não pode, de facto, ser mais pragmática, fundamentada que está, também, numa empatia traída.

Há precisamente setenta anos, John Dewey, já então preocupado com o desenvolvimento moral infantil e com o facto das escolas não providenciarem meios para uma efectiva educação moral, propôs que elas deveriam providenciar a génese do senso moral através dum "currículo escondido".⁽⁶⁾

O currículo moral escondido seria proporcionado pela atmosfera moral que, na complementaridade da intervenção familiar, deveria ser favorecido em toda e qualquer ambiente escolar.

Nesta atmosfera moral, está naturalmente integrada a

educação dos valores, a educação do carácter e a denominada "educação moral cognitiva" que viabiliza a aprendizagem da tolerância, da democracia e da justiça.

Não poderíamos ter sobrevivido, enquanto espécie, desde o tempo em que fomos caçadores-coletores se não tivéssemos subordinado os nossos gostos aos interesses das comunidades a que fomos, sucessivamente pertencendo.

Os nossos genes são genes de seres empáticos; são, se quiserem, genes morais.

Porventura, também, desde sempre, os desafios às organizações do nosso senso moral nunca deixaram de existir e de crescer.

Alegam os pessimistas, porventura mais confrontados com o ciclo da adversidade da criança, com a violência, com o abuso, com os horrores do desrespeito de que é triste paradigma a pedofilia, que o homem moderno está a perder os seus genes morais governado que é, cada vez mais, pelos seus impulsos animais ou pelos seus interesses calculistas.

Direi que não será tanto assim.

A maior parte dos homens e das mulheres que conheço têm um senso moral. Porém, uma percentagem cada vez mais alta de homens e de mulheres, transfere para as suas relações próximas os sentimentos distantes que, outrora, se estabeleciam com os outros.

Dito deste modo, a diluição do senso moral do homem na história, mudou de distância. O não sentido face aos outros, longe, passou a não ter sentido, também, face aos outros que estão mais perto.

François Jacob, Prémio Nobel de Medicina em 1965 disse uma vez, em Portugal, que porque cada vez mais científica a Medicina, ela tem por isso mesmo de ser cada vez mais relacional.

Direi, não só a Medicina ...

Os nossos genes são genes morais mas eles têm de ser, cada vez mais, genes relacionais.

Afinal de contas o nosso genoma não difere tanto assim do do rato ...

O que faz a diferença é o que sobra da relação, determinando o senso moral.

O desafio para as famílias, para os educadores, para os profissionais da saúde é a motivação para este senso.

Temos que viabilizar coerência através das etapas que condicionam a relação.

A primeira é a simpatia com que nos comportamos, é a paixão com que esperamos um bebé, é a empatia com que descobrimos os seus encantos e, também, as suas diferenças.

O respeito por estas diferenças é o que nos faz Homens em vez de ratos.

Estes são os primeiros valores que inspiram todos os outros que, por sua vez, temos de garantir em casa, nas

creches, nas escolas, nas Universidades e nos Hospitais.

É no bebé, porém, que se começa a garantir o desenvolvimento do senso moral.

Por isso, investir no futuro é, quanto a mim, investir cedo quando se constrói o sentido de família e, nele, o senso moral da pessoa.

Bibliografia

1. Piaget J. The origin of intelligence in children. Margaret Cook (trans.). Int. Univ. Press, N. York, 1952.
2. Kohlberg L. The philosophy of moral development. Horp and Row. N. York, 1981.
3. Wilson J. Q. The moral sense. Free Press Paperbacks /ed.). N. York, 1997
4. Hoffman ML. Empathy and Moral Development. Implications for caring and Justice. Cambridge Un. Press. N. York, 2000.
5. Eisenberg N, Marthy B. Parenting and children's moral development. In M H Bornstein (ed.) Children and Parenting (vol 4) Helsdale NJ: Erlbaum, 1995.
6. Dewey J. How we think. Lexington MA: D. C. Heath, 1933.
7. Santrock JW. Child Development. McGraw Hill. Boston, 2001